

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O serviço público de transportes tem subjacente aos seus objectivos a satisfação de necessidades sociais, económicas e ambientais da comunidade.

No contexto dos vários módulos de transporte, o transporte fluvial no Estuário do Tejo tem a responsabilidade acrescida de contribuir para o Sistema Integrado de Mobilidade da Área Metropolitana, ligando as duas margens do Tejo e contribuindo decisivamente para a redução do transporte individual, onde a ferrovia não se constitui como alternativa.

O transporte fluvial é ainda caracterizado pela natureza do meio físico em que se desenvolve. Com efeito, a existência de falhas no serviço origina uma perceção de isolamento, não negligenciável, nas populações servidas, afetando de forma indesmentível o direito à mobilidade, consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Por conseguinte, a *Transtejo* e sua participada *Soflusa* têm como Missão: “*Prestar um Serviço Público de Transporte Fluvial de Passageiros e Veículos orientado para a satisfação do Cliente e subordinado a padrões de elevada qualidade e segurança*”.

Os 15.282.618 de passageiros transportados pelo grupo Transtejo em 2014, são bem demonstrativos da importância deste meio de transporte na vida e economia da Península de Setúbal.

Nas últimas semanas, vieram a público diversas manifestações de utentes, missivas de associações representativas do sector, bem como outras notícias relativas a perturbações nas diversas ligações no transporte fluvial no Tejo.

Assim, e face ao exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, vêm os signatários, através de V. Exa., questionar o Senhor Ministro do Ambiente:

1. Quantas unidades da frota estão paralisadas por caducidade do Certificado de

Navegabilidade e suas respetivas causas?

2. Sabendo se que o anterior Governo desinvestiu por completo na frota, ao longo da legislatura, que consequências foram agora identificadas e qual o plano de ação previsto para as colmatar?

3. Quais os impactos das recentes perturbações de ligações Fluviais que se devem à alienação de navios realizadas pela anterior Administração?

4. Qual o número de ocorrências e em que ligações ocorreram perturbações por indisponibilidades não planeadas da frota?

5. Considerando a vetustez de grande parte da frota, existe algum estudo para a sua renovação?

6. Quantas suspensões de ligações ocorreram por falta de Trabalhadores Marítimos e em que Categorias?

7. Considerando o deficit no mercado de trabalho de trabalhadores marítimos, nomeadamente na classe de Maquinistas Práticos, existe ou está em curso algum estudo que aponte soluções para a sua resolução?

8. Sabendo se que o anterior Governo desinvestiu por completo na frota ao longo da legislatura, que consequências foram até agora identificadas e qual o plano de ação previsto para as colmatar?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 22 de Dezembro de 2016

Deputado(a)s

ANDRÉ PINOTES BATISTA(PS)

EURÍDICE PEREIRA(PS)

LUÍS MOREIRA TESTA(PS)

ANA CATARINA MENDONÇA MENDES(PS)

IVAN GONÇALVES(PS)

SOFIA ARAÚJO(PS)

FRANCISCA PARREIRA(PS)

HUGO COSTA(PS)

ANTÓNIO EUSÉBIO(PS)

ANTÓNIO BORGES(PS)

PEDRO COIMBRA(PS)

ANTÓNIO CARDOSO(PS)